

**A ENFERMAGEM E A DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO A EDUCAÇÃO SUPERIOR
BRASILEIRA: Desafios a serem enfrentados**

**THE NURSING AND THE DEMOCRATIZATION OF ACCESS TO HIGHER EDUCATION
BRAZILIAN: Challenges to be faced**

Fabio Fortes de Araujo ¹

Fernanda Moraes Gonçalves ²

Ana Clementina Vieira de Almeida ³

Angelo Santos Siqueira ⁴

¹ Acadêmico do curso de enfermagem do 8º período da Universidade do Grande Rio, Pesquisador Bolsista de Iniciação Científica PIIC/PIBIC-CNPq/FUNADESP da Universidade do Grande Rio, Acadêmico Bolsista de Enfermagem do Instituto Estadual de Hematologia Arthur Siqueira Cavalcante - HEMORIO (IEHE), Acadêmico Bolsista de Enfermagem do Hospital Central da Polícia Militar (HCPM), Membro do Núcleo de Pesquisa em História da Enfermagem na Sociedade Brasileira da Universidade do Grande Rio, E-mail: fabiofortes@zipmail.com.br;

² Acadêmica do curso enfermagem do 8º período da Universidade do Grande, Acadêmica Bolsista de Enfermagem do Hospital Central da Polícia Militar (HCPM), E-mail: nanda.moraes@zipmail.com.br;

³ Doutora em Enfermagem pela EEAN/UFRJ, Mestre em Enfermagem pela UNIRIO/EEAP, Docente da Universidade do Grande Rio, Orientadora, E-mail: aclementina@unigranrio.com.br;

⁴ Doutorando em Engenharia de Produção pela UFRJ, Mestre em Modelagem Computacional pela UERJ, Docente da Universidade do Grande Rio, Orientador, E-mail: asiqueira@unigranrio.com.br;

RESUMO

Este estudo é parte integrante do Trabalho de Conclusão de Curso vinculado ao curso de Graduação em Enfermagem, da Escola de Ciências da Saúde, na Universidade do Grande Rio (UNIGRANRIO) “, surgiu a partir da necessidade de discutir o acesso a educação superior pública no Brasil, de forma mais democrática e justa. Trata-se de um estudo teórico de caráter reflexivo que tomou como referencial a Constituição Federal Brasileira, a Lei 9.394/96 de Diretrizes e Bases da Educação

Nacional e o Plano Nacional de Educação, como construtores e constituintes da democratização do acesso ao ensino superior. Tendo como objetivo por refletir acerca da democratização no acesso ao ensino superior gratuito. A relevância do estudo está em fomentar discussões, reflexões críticas e debates sobre como podemos contribuir para transformar o acesso ao ensino superior de forma mais democrática, justa e inclusiva. Em nossas considerações finais, acreditamos que desenvolvimento de uma nação não acontece separadamente do crescimento de um forte sistema de educação superior e é isso que todos aspiramos diminuir as desigualdades mediante a inclusão ampliando o acesso ao ensino universitário a população brasileira.

Palavras-chave: Educação. Educação superior. Política de educação superior. Justiça social. Equidade no acesso.

ABSTRACT

This study is part of the Work of Course Completion linked to the course of Nursing, School of Health Sciences, University of Rio Grande (UNIGRANRIO) ", arose from the need to discuss access to education publishes more than in Brazil, more democratic and justa. Trata is a theoretical study of reflective nature that took as reference the Federal Constitution, Law 9.394/96 of Directives and Bases of National Education and National Education Plan, as builders and constituents of democratizing access to higher education. Aiming to reflect on the democratization of access to free higher education. Therelevance of the study is to encourage discussions, debates and critical reflections on how we can help to transform acess to higher education more democratic, fair and inclusive. In our final remarks, we believe that development of a nation does not occur separately from the growth of a strong higher education system and that is what we all seek to reduce inequalities by including expanding access to university education in the Brazilian population.

Key-words: Education. Higher education. Higher education policy. Social justice. Equity in acess.

1 INTRODUÇÃO

Este estudo é parte integrante do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) vinculado ao curso de Graduação em Enfermagem, da Escola de Ciências da Saúde, na Universidade do Grande Rio (UNIGRANRIO) "Prof. José de Souza Herdy", e surgiu a partir da necessidade de discutir o acesso a educação superior publica no Brasil, de forma mais democrática e justa.

Trata-se de um estudo teórico de caráter reflexivo que tomou como referencial a Constituição Federal Brasileira, a Lei 9.394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e o Plano Nacional de Educação, como construtores e constituintes da democratização do acesso ao ensino superior.

O ensino público universitário há certo tempo não atende mais a demanda pela procura por vagas dos estudantes oriundos do ensino médio, também não é de hoje o pouco crescimento no número de Instituições de Ensino Superior (IES) Público, que pode ser decorrente do pouco investimento do Estado brasileiro.

Começamos compreendendo estrutura da Educação Básica, atualmente a Composição dos Níveis Escolares no Brasil é estabelecida pela norma do Art.21, da Lei 9.394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), diz o seguinte:

Capítulo I, da Composição dos Níveis Escolares: Art. 21. A educação escolar compõe-se de: I - Educação Básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio; e II - Educação Superior (BRASIL,1996).

Ainda, segundo a LDB 9.394/96, Art.22, a Educação Básica tem por finalidade: “desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para **progredir no trabalho e em estudos posteriores**” (BRASIL, 1996, grifos nossos).

Fica possível constatar na LDB 9.394/96, desde o início do processo de educação a preocupação com a inserção no mercado de trabalho e com a continuidade dos estudos nos níveis posteriores. Mas ao observarmos o Diagnóstico da Educação Infantil, exposto pelo Plano Nacional da Educação (PNE) no ano de 2001, nos deparamos com desigualdades e dificuldades educacionais já presentes neste nível da educação.

Segundo o diagnóstico do PNE, a maioria dos ambientes no Educação Infantil não conta com profissionais qualificados, não desenvolve programa educacional, não dispõem de mobiliário, brinquedos e outros materiais pedagógicos adequados. Mas em contra partida uma minoria dos ambientes da Educação Infantil, apresentam creches de boa qualidade, com profissionais com formação e experiência no cuidado e educação de crianças, que desenvolvem proposta pedagógica de alta qualidade educacional (BRASIL, 2001).

Ao nos depararmos com o diagnóstico do PNE no Ensino Fundamental, encontramos como problema central, o fato de ainda haver muitas crianças fora da escola, sendo que este não tem como causa determinante o déficit de vagas, mas está relacionado à precariedade do ensino, às condições de exclusão e marginalidade social em que vivem segmentos mais pobres da população brasileira (BRASIL, 2001).

Para finalizarmos a contextualização da educação básica, vejamos o que diz o PNE sobre o Ensino Médio, existem aspectos positivos no panorama do ensino médio brasileiro, o mais relevante deles é que este foi o nível de ensino que apresentou maior taxa de crescimento nos últimos anos. No período de 1991 a 1998, a matrícula evoluiu de 3.770.230 para 6.968.531 alunos, de acordo com censo escolar. Nos próximos anos, a demanda por ensino médio deverá se ampliar de forma explosiva, conforme podemos observar nas estimativas contidas abaixo na Tabela 1 (BRASIL, 2001).

Apesar do crescimento do Ensino Médio, este foi o ensino que enfrentou, nos últimos anos, a maior crise em termos de ausência de definição dos rumos que deveriam ser seguidos em seus objetivos e em sua organização (BRASIL, 2001), gerando como reflexo, perda na qualidade de ensino-aprendizagem.

Tabela 1- Educação Básica, Matrículas, Brasil, 1995 – 2010 (em mil).

Ano	Fundamental 1ª a 4ª série	Fundamental 4ª a 8ª série	Ensino Médio
1995	20.041	12.503	5.313
1996	20.027	13.104	5.739
1998	21.164	14.325	6.962
2000*	20.151	15.288	8.774
2002*	19.282	15.66	10.020
2004*	18.562	15.691	10.297
2005*	18.255	15.624	10.383
2008*	17.552	15.261	10.446
2010*	17.245	14.980	10.396

Fonte: MEC/INEP/SEEC, 2001. (*) Dados Estimados

Nesse sentido, fato a ser observado é que apesar da expansão do ensino médio, as escolas da rede pública de ensino básico (infantil, fundamental e médio) sofrem com a precariedade e sem qualidade do ensino, o que torna cada vez mais desigual as condições de educação em nosso país.

As dificuldades de acesso à escola que eram os problemas mais visíveis da educação brasileira até os anos de 1990, e este afetavam sobretudo a população de menor renda. Hoje, o acesso à educação básica é praticamente universal, e o problema prioritário passa a ser a qualidade, que também afeta com mais força os mais pobres (SCHWARTZMAN, 2008).

Araújo e Luzio (2005) ressaltam que é inaceitável para o nosso País continuar convivendo com uma imensa quantidade de escolas na educação básica que oferecem aos seus estudantes um ensino de má qualidade, e ainda diz, a escola abandonou a sua principal tarefa, que é a de ensinar, se tornou mera reprodutora das mazelas nacionais.

Nesse contexto de desigualdades vivenciado na educação básica, podemos apontar seus reflexos na educação superior brasileira, onde educandos de classes menos privilegiadas enfrentarão uma concorrência desigual por uma vaga em Instituições de Ensino Superior Públicas.

O afunilamento de oferta de vagas nas Instituições de Ensino Superior Público gerou um número crescente de escolas particulares de nível fundamental e médio, permitindo não só o crescimento físico como também uma busca acirrada pela alta qualidade de ensino, reforçada ainda mais pela concorrência entre as escolas particulares, que buscam atender o anseio das famílias de classes mais privilegiadas em garantir uma vaga para seus filhos nas Instituições de Ensino Superior Públicas (SILVA e SILVERIO, 2003).

Dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (Inep), entre os anos de 1991 e 2004, mostram que do total de vagas oferecidas na educação superior no Estado do Rio de Janeiro era de 70.573 em 1991, sendo destes 18,5% nas redes públicas de ensino superior e 81,5% nas redes particulares de ensino superior, já em 2004 o número total de vagas era de 262.753, sendo 8,3% destas vagas nas redes públicas de ensino superior e 91,7% nas redes particulares de ensino superior (INEP, 2006). Pode-se dizer que aproximadamente a cada 10 vagas oferecidas no ensino superior em 1991, existiam 2 vagas públicas para cada 8 particulares, já em 2004 esse número diminuiu ainda

mais, a cada 10 vagas oferecidas no ensino superior, para cada 1 vaga na pública existiam 9 na particular.

As Instituições de Ensino Superior Públicas gratuitas paradoxalmente recebem os jovens de famílias das classes mais privilegiadas que por sua vez realizaram seus estudos secundários em escolas particulares, de boa qualidade. Ou seja, as camadas de renda mais alta pagam as melhores escolas de nível médio e assim asseguram para seus filhos, maiores chances de admissão nas universidades públicas e gratuitas (NEVES; RAIZER; FACHINETTO, 2007).

Diante desta situação de pouquíssimas vagas nas Instituições de Ensino Superior Público que vivenciamos em nosso país e mais especificamente em nosso caso no Estado do Rio de Janeiro, onde a grande maioria dos estudantes oriundos de famílias pouco privilegiadas financeiramente, que não tiveram a oportunidade de estudar em escolas particulares de nível médio e fundamental de boa qualidade, se faz presente uma concorrência desigual por vagas nas Instituições de Ensino Superior Públicas.

Frente a essas considerações, sentimos necessidade de responder a seguinte questão norteadora: teriam todos os estudantes brasileiros condições de equidade no acesso a educação superior gratuita ?

Assim sendo frente a esses questionamentos, em busca de ampliar estas discutir sobre uma forma mais democrática e justa de acesso a educação superior gratuita, escolhemos como objetivo por refletir acerca da democratização no acesso ao ensino superior gratuito.

A relevância/justificativa do estudo está em fomentar discussões, reflexões críticas e debates sobre como podemos contribuir para transformar o acesso ao ensino superior gratuito de forma mais democrática à um ensino universitário de qualidade, de maneira mais justa e inclusiva sem que haja perda da qualidade educacional. Entendemos que este é o primeiro passo para a formação político-social, bioética e ética/moral do educando brasileiro para uma promoção de práticas sociais responsáveis, para o desenvolvimento humanístico e da cidadania.

Em relação ao estudo acreditamos que irá contribuir para fomentar discussões, debates, reflexões e análises da temática abordada tanto para o ensino acadêmico quanto para a pesquisa e a sociedade, reconhecendo a importância de uma sociedade mais justa e inclusiva e proporcionando subsídios para melhor formação profissional geradora de benefícios para toda comunidade.

2 IGUALDADE DE OPORTUNIDADE, VARIÁVEIS SOCIOECONÔMICAS E JUSTIÇA SOCIAL NO ACESSO AO ENSINO SUPERIOR

Em 9 de janeiro de 2001, o Presidente da República sancionou a Lei nº 10.172, que institui o Plano Nacional de Educação (PNE), que tem duração de dez anos, isto que dizer que até 2011 estas metas devem ser cumpridas e em relação à educação superior. Podemos destacar como a meta mais importante: “Prover, até o final da década, a oferta de educação superior para, pelo menos, 30% da população na faixa etária entre 18 a 24 anos” (RISTOFF; SEVEGNANI, 2006).

Nossa realidade se mostra bem diferente dos números a serem alcançados, uma vez que menos de 12% dos jovens entre 18 e 24 anos frequentam a educação superior no Brasil (RISTOFF; SEVEGNANI, 2006).

Para termos uma melhor visão do problema vivenciado em nosso País podemos mostrar algumas comparações internacionais. No Chile, em 2001, o percentual da população de jovens entre 18 e 24 anos na educação superior era 20,6%, na Venezuela era de 26%, e na Bolívia era de 20,6%. Na Argentina, o percentual era de 40%, mas precisamos ressaltar que configura um caso à parte, uma vez o País adotou o ingresso irrestrito de seus estudantes ao ensino superior (OLIVEIRA et al., 2006).

Segundo o disposto na norma do art. 206, inciso I, da Constituição Federal, novamente reproduzida no enunciado do art. 3º, inciso I, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, diz: “Dos Princípios e Fins da Educação Nacional: Art. 3º. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: **I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola**” (BRASIL, 1996, grifos nossos).

As políticas públicas no Brasil precisam avançar para garantir o acesso à rede pública de ensino aos que assim o desejarem, como assegura a legislação. Esse é um preceito estabelecido pela Constituição Federal e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e exigirá ações coordenadas entre as três esferas de governo (INEP, 2004).

A realidade que observamos no que diz respeito às condições de acesso as IES Públicas é bem diferente do que é preconizado em nossas Leis, uma vez que as desigualdades já se mostram presentes no início do processo de aprendizado evidenciado

pela perda de qualidade no ensino encontrada em uma parcela considerável das escolas de ensino médio e fundamental públicas, frente aos níveis de qualidade de ensino observado em grande parte das escolas particulares, o que torna cada vez mais desigual a concorrência por uma vaga nas Instituições de Ensino Superior Pública.

A característica da promoção da igualdade referida na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, distingue-se por ser um compromisso ativo do Estado, devendo este tornar a igualdade formal em uma igualdade de oportunidade e tratamento (SILVA; SILVERIO, 2003).

Na maioria das sociedades ocidentais, grandes diferenças de rendimento e de estatuto social são comumente aceitáveis como “normais”, desde que os indivíduos nasçam com as mesmas chances de igualdade de oportunidades (SINGER, 2002).

A ideia principal contida neste modo de pensar é a de que não existe qualquer injustiça entre um indivíduo que conseguiu concluir a graduação e recebe uma remuneração de 6000 reais por mês e outro que não conseguiu cursar a graduação e recebe uma remuneração de apenas 400 reais por mês, desde que o indivíduo que não conseguiu cursar a graduação tenha tido a mesma oportunidade de acesso para cursar a graduação.

Podemos dizer que seria aceitável se ambos tivessem durante ao longo de suas vidas as mesmas oportunidades, o que implicaria em ter o mesmo nível de qualidade de ensino desde sua infância, mas resumir o acesso à graduação à qualidade do ensino adquirido na infância seria adotar uma visão superficial da igualdade de oportunidades.

Nivelar as escolas a partir da qualidade de ensino das escolas já seria bastante difícil, mas é a mais fácil das tarefas que aguardam a quem proponha a perfeita igualdade de oportunidades. Ainda que as escolas fossem as mesmas, alguns alunos seriam favorecidos por outros fatores como por exemplo, o lar de onde provêm (SINGER, 2002).

Ainda teríamos que também avaliar quais condições que poderiam ter impedido ou diminuído as chances deste aluno nos bancos escolares como: sua condição econômica, social, racial, sexual, cultural, religiosa ou qualquer outro processo relevante que tenha contribuído para aumentar as desigualdades de oportunidades escolares.

Alunos pertencentes às classes menos privilegiadas teriam as mesmas igualdades de oportunidades que alunos pertencentes às classes mais privilegiadas? É

possível existir justiça social no acesso aos bancos das Instituições de Ensino Superior Públicas?

Segundo o Inep (2004), o ensino médio foi o nível de ensino que mais cresceu nas últimas décadas, isto quer dizer que mais alunos estão concluindo o ensino fundamental. Então para termos uma ideia desse crescimento, enquanto o número de alunos no primeiro ciclo desse nível de ensino cresceu apenas 4,3% em uma década, no segundo ciclo, o crescimento foi de 57,9%.

Ocorre atualmente uma explosão de demanda pelo ensino superior, como consequência do aumento no número de alunos matriculados e concluintes no ensino médio. Essa elevação da demanda provoca uma violenta pressão pelo aumento de vagas na educação superior (OLIVEIRA et al., 2006).

Ao mesmo tempo em que houve um crescimento do número de alunos matriculados e concluintes do ensino médio também se observa uma estagnação no crescimento do número de vagas nas Instituições de Ensino Superior Públicas em conjunto a estes fatos está a precariedade de ensino nas escolas de ensino médio. Então, teriam os alunos oriundos do ensino médio e fundamental público condições de igualdade de oportunidades para competir por uma vaga em uma Instituição de Ensino Superior Pública contra os alunos oriundos do ensino médio e fundamental particular.

Um fato marcante na política educacional brasileira depois de 1964, ou seja, depois da derrota das forças nacionalistas, foi a estagnação da rede de ensino público universitário, e simultaneamente ocorreu a expansão do ensino privado em todos os seus níveis de educação (SILVA; SILVERIO, 2003).

Quanto mais se acentua a concorrência, mais difícil fica para os filhos das classes menos privilegiadas, situados na sua franja mais pobre, cursarem os melhores colégios e atingirem a universidade pública (SILVA; SILVERIO, 2003).

Se considerarmos as condições de vida da população brasileira, seu empobrecimento, e levarmos em conta que a democratização do acesso ao Ensino Superior se deu à custa do sistema privado de ensino, é possível supor que para se manterem nos cursos, os estudantes necessitam trabalhar para se sustentar no seu processo de formação (HADDAD et al., 2006).

Apesar do número de Instituição de Ensino Superior terem crescido bastante nos últimos anos, sobretudo por meio da rede particular de ensino que responde por cerca de 70% das matrículas de graduação, a taxa de alunos na graduação no Brasil é uma das

mais baixas da América Latina, sendo esta de 12% da população de 18 a 24 anos. Como a capacidade de suprir a demanda por vagas nas Instituições de Ensino Superior do setor particular atingiu o seu limite, evidenciada por um grande número de vagas não-preenchidas, a resolução para este problema deveria estar no crescimento do número de instituições e vagas no sistema de ensino público (INEP, 2004).

É preciso ter a coragem de dizer que o regime de propriedade que encontramos em nosso País, é o gerador de um apartheid social intransponível por qualquer dos meios que não impliquem a reestruturação das condições de produção. Planos de democratização educacional são enganadores quando desacompanhados de planos de democratização socioeconômicos. Por isso que, apesar da existência do Programa Nacional de Educação, ainda assim a educação brasileira chegará a 2011 revelando sua indisfarçável faceta elitista e segregadora (RISTOFF; SEVEGNANI, 2006).

3 A TRAJETÓRIA DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM

É impossível falar da trajetória dos graduandos do curso de enfermagem sem antes abordamos a trajetória dos cursos de graduação em enfermagem no Brasil, de acordo com os dados disponibilizados pelo MEC/Inep/Deaes, no ano de 1991 existiam um total de 106 cursos de graduação em enfermagem e este número m 2004 passou para 415 cursos de graduação em enfermagem, o que significa um aumento de 291,5% (HADDAD et al., 2006).

Esta expansão ocorreu a partir da LDB/96, pois de 1991 até 1996 foram criados apenas 5 cursos que corresponde um crescimento de 4,71%, enquanto de 1996 a 2004, foram criados 304 cursos de graduação em enfermagem, indicando um crescimento de 286,79% (HADDAD et al., 2006).

Temos que ressaltar que esse crescimento não se deu de maneira uniforme, seja quando observamos por regiões geográficas, seja quando observamos por categorias administrativas (pública e particular). Na Tabela 2 é possível ver a distribuição de crescimento dos cursos de graduação em enfermagem por região geográfica durante os anos de 1991 e 2004, as desigualdades regionais refletem o desenvolvimento econômico de cada região que induzem a uma demanda de serviços qualificados.

Vale ressaltar, que a desigualdade na oferta de cursos se faz presente não apenas entre as regiões, mas também no interior das mesmas, dos 220 cursos de graduação em enfermagem existentes na Região Sudeste, 109 (49,54%) estão localizados no Estado de São Paulo (HADDAD et al., 2006).

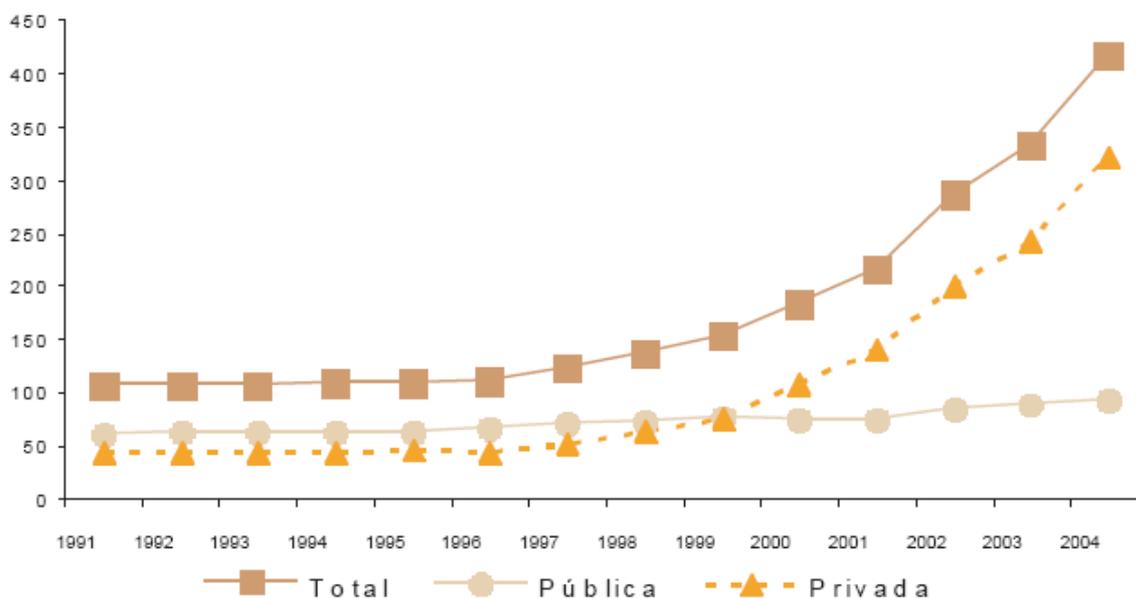
No Gráfico 2 é possível ver o crescimento dos cursos de graduação em enfermagem do ano de 1991 até o ano de 2004, divididos por categoria administrativa.

Tabela 2- Oferta de cursos de graduação em Enfermagem por região geográfica, 1991 – 2004.

<i>Regiões</i>	<i>Total em 1991</i>	<i>Total em 2004</i>	<i>Percentual de crescimento</i>
Centro-Oeste	5	29	480%
Sudeste	50	220	340%
Sul	21	84	300%
Nordeste	22	61	177,3%
Norte	8	21	162,5%
Total	106	415	219%

Fonte: HADDAD et al, 2006

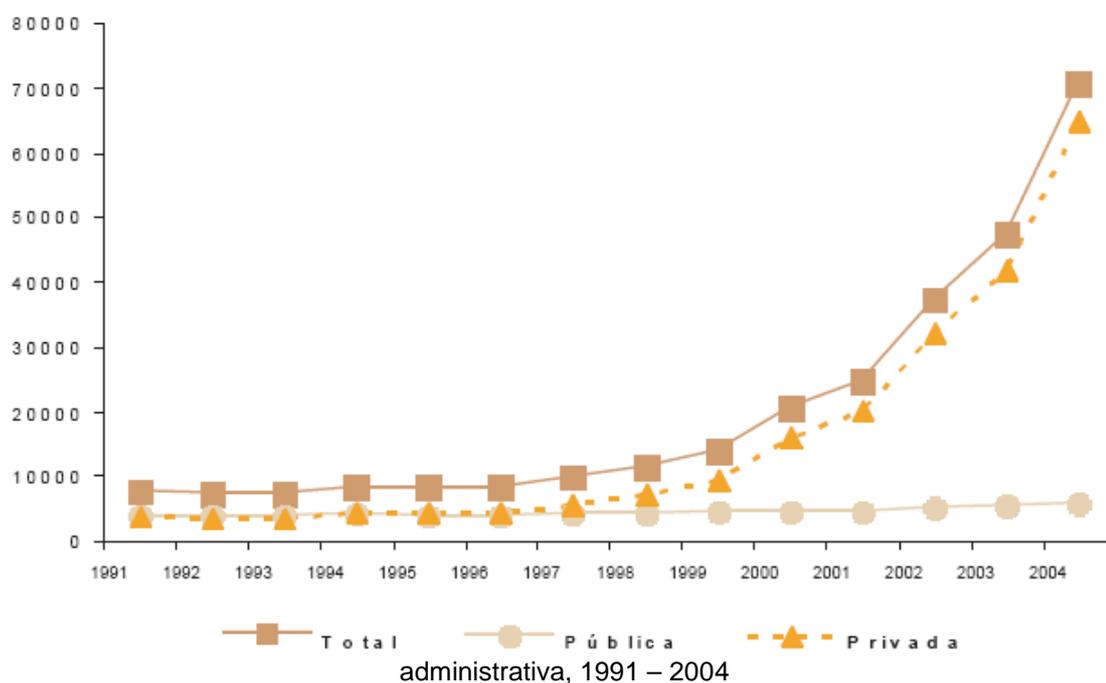
Gráfico 2 - Oferta de cursos de graduação em Enfermagem por categoria administrativa, 1991 – 2004



Fonte: HADDAD et al., 2006

A desigualdade de oferta de cursos por categoria administrativa, como evidenciado nos dados do Gráfico 1, também pode ser vista em relação a quantidade de vagas ofertada nas IES Públicas e Particulares, no Gráfico 3.

Gráfico 3 - Número de vagas nos cursos de graduação em Enfermagem por categoria



Fonte: HADDAD et al., 2006

Diante desta situação de pouquíssimo crescimento do número de Instituições de Ensino Públicas, como também do número de vagas nestas Instituições de Ensino Superior Públicas, que atualmente vivenciam os cursos de graduação em enfermagem no Brasil, faz se presente uma enorme desigualdade entre Instituições de Educação Superior Pública e Instituições de Educação Superior Particulares, que acaba por dificultar cada vez mais o acesso ao ensino superior público a grande maioria dos estudantes oriundos de famílias pouco privilegiadas financeiramente, aqueles que não tiveram a oportunidade de estudar em escolas particulares de nível médio e fundamental acabam sendo absorvidos pelas Instituições de Ensino Superior Particular.

Destacamos outro ponto importante, não basta ampliar os números de cursos/vagas na enfermagem sem que haja simultaneamente um investimento na expansão e adequação dos serviços, com vistas à inserção do profissional nesse mercado de trabalho (HADDAD et al., 2006).

4 DISCUSSÃO

Apesar de todo crescimento observado de vagas e dos cursos de graduação em Enfermagem, depois da LDB/96, mostra uma expansão maior que 286%, sendo que este crescimento pode ser atribuído ao setor privado, sendo que o setor público de ensino pouco cresceu para acompanhar a demanda dos estudantes oriundos do ensino médio.

Este fato fica evidente o afunilamento por vagas no setor público de ensino quando vemos que a cada 10 vagas que eram oferecidas no ensino superior em 1991, apenas 2 vagas eram para o setor público de ensino, já em 2004 esse número diminui para cada 1 vaga no ensino público.

A concorrência desigual por uma vaga no setor público de ensino se faz presente, visto que em grande maioria as escolas do ensino básico (infantil, fundamental e médio) da rede pública têm como característica a precariedade e a perda de qualidade de ensino.

Estes educandos lutam contra as desigualdades socioeconômicas, desigualdades de oportunidades e injustiça social, que já se mostram presentes desde o início do processo de ensino/aprendizagem.

O Brasil ainda continua sendo um dos países que tem o menor percentual de estudantes freqüentando a educação superior, com apenas 12% dos jovens entre 18 e 24 anos e, dificilmente conseguiremos alcançar as metas do PNE de colocar 30% destes jovens no nível superior.

Apesar da Constituição Federal Brasileira preconizar a igualdade de acesso ao ensino, não é isto que vemos em nossa realidade, as desigualdades expressas pela falta de justiça social e exclusão são nítidas no que diz respeito a falta de oportunidades no acesso aos bancos universitários públicos.

A igualdade formal promovida pelo Estado deve ser entendida como uma forma de igualdade de oportunidade e tratamento, devendo esta ser um compromisso ativo dos governantes, mas a tarefa mais difícil que nos aguarda esta em como conseguir alcançar esta “igualdade” uma vez que vivemos em um regime gerador de um intransponível apartheid social.

Diante deste contexto, educandos que são oriundos de famílias pouco privilegiadas, que não puderam pagar por escolas de ensino básico de boa qualidade enfrentam uma concorrência desigual por uma vaga no ensino superior público, mas como vimos não basta somente ampliar o número de vagas é preciso manter a qualidade de ensino e também expandir e adequar os serviços para conseguirmos inserir este profissional no mercado de trabalho.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao iniciarmos este estudo, nosso objetivo foi de por refletir acerca da democratização no acesso ao ensino superior público gratuito.

Em relação ao nosso objetivo podemos dizer que este estudo nos revelou aspectos importantes a serem levados em consideração como: educandos advindos de famílias menos privilegiadas financeiramente enfrentam uma árdua batalha e desigual.

Acreditamos que a verdadeira missão de uma IES seja ela Pública ou Particular, esta em uma nação soberana e democrática que seja inclusiva, justa, com igualdade de oportunidades para todos, sem a dominação das elites privilegiadas que favorecem e protegem seus filhos, deixando de fora assim os menos privilegiados dos bancos universitários gratuitos, em uma concorrência desigual e injusta.

Deixamos o seguinte questionamento: até que ponto existe o interesse das elites oligárquicas e privilegiadas em manter a falta de democratização e justiça no acesso aos bancos universitários públicos gratuitos?

O desenvolvimento de uma nação não acontece separadamente do crescimento de um forte sistema de educação superior e é isso que todos aspiramos diminuir as desigualdades mediante a inclusão ampliando o acesso ao ensino universitário gratuito a população brasileira e não somente a uns poucos que pertencem a uma elite de privilegiados das oligarquias dominantes, entendemos que este é o primeiro passo para a

formação político-social, bioética e ética/moral do universitário brasileiro para uma promoção de práticas sociais responsáveis e sustentáveis, para o desenvolvimento humanístico e da cidadania, formando verdadeiros universitários-cidadãos.

6 REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Carlos Henrique e LUZIO, Nildo. **Avaliação da Educação Básica: em busca da qualidade e equidade no Brasil**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2005. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br>>. Acesso em: 12 mar. 2010.

BRASIL. **Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da educação nacional**. Legislação, Brasília, DF, dez. 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf>. Acesso em: 20 março. 2010.

BRASIL. **Lei nº. 10.172, de 09 de janeiro de 2001. Estabelece o Plano Nacional de Educação - PNE**. Legislação, Brasília, DF, jan. 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm>. Acesso em: 20 março. 2010.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2007.

HADDAD, Ana Estela et al (Org.). **A trajetória dos cursos de graduação na área da saúde: 1991-2004**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br>>. Acesso em: 12 mar. 2010.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **O desafio de uma educação de qualidade para todos: educação no Brasil – 1990-2000**. Brasília: Inep, 2004. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br>>. Acesso em: 18 mar. 2010.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Educação Superior Brasileira : 1991-2004**. Brasília: Inep, 2006. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br>>. Acesso em: 18 mar. 2010.

NEVES, Clarissa Eckert Baeta.; RAIZER, Leandro.; FACHINETTO, Rochele Fellini. **Acesso, expansão e equidade na educação superior: novos desafios para a política educacional brasileira**. Sociologias, Porto Alegre, n. 17, jun. 2007 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222007000100006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 30 mar. 2010. doi: 10.1590/S1517-45222007000100006.

OLIVEIRA, João Ferreira et al. **Políticas de acesso e expansão da educação superior : concepções e desafios**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br>>. Acesso em: 12 mar. 2010.

RISTOFF, Dilvo e SEVEGNANI, Palmira (Org.). **Universidade e compromisso social**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br>>. Acesso em: 12 mar. 2010.

SCHWARTZMAN, S.M.C. **Os desafios da educação no Brasil**. RJ. Ed. Nova Fronteira, 2005.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e SILVÉRIO, Valter Roberto (Org.). **Educação e ações afirmativas: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2003. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br>>. Acesso em: 12 mar. 2010.

SINGER, Peter. **Ética Prática**. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.